

VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

Mural Produzido em:
03/2008

Coordenação:
Selma Martins Duarte

Acadêmicos:
Alexandre R. Valcarenghi
Carlos Mauricio Trindade
Martha de Azevedo Piloto
Mauro Camargo Jr.
Sandra Regina Ventura Popiolek
Suzane Conceição Pantolfi Tostes

Violência Policial... Até quando?

Selma Martins Duarte

Para iniciar uma análise sobre a violência policial no Brasil é necessário observar o caminho de sua difusão, ou seja, examinar a propaganda da violência presente cotidianamente na mídia, e como promove-se um grande espetáculo em que o principal protagonista é o sangue. E quanto mais sangue verter, mais audiência certos programas terão. A propaganda da violência não está presente apenas em programas policiais, ela está na pauta jornalística de praticamente todos os noticiários veiculados nos mais variados horários.

A divulgação da atuação da polícia, muitas vezes acompanhada de mortes, é apresentada em meio a assuntos políticos, econômicos e do cotidiano. Não é apenas a violência policial que é veiculada desta forma, mas várias formas de violência social aparecem como elemento corriqueiro do cotidiano brasileiro. A banalização da violência é, portanto, uma construção social, e deve ser compreendida como tal.

O filme *Tropa de Elite*, lançado em 2007, em certa medida contribuiu para o acirramento da banalização da violência, além de provocar certo incitamento da violência policial. Basta uma rápida busca pela internet e facilmente encontra-se blogs, mensagens enviadas a sites, textos e até livros que propõem repressão dura da polícia e a pena de morte para os “bandidos”. Discursos que apontam para a ideia de que “bandido bom, é bandido morto”.

O que tem ocorrido nos últimos anos é o ressurgimento de grupos de extermínio, que se auto-proclamam “justiceiros”. Estes grupos são compostos por membros da polícia, sociedade civil, aposentados da polícia que julgam ter o direito de “fazer justiça com as próprias mãos”. É preciso esclarecer a origem desta prática organizada de extermínio, a partir de instituições do Estado. No final da década de 1960, em São Paulo, foi criado o Esquadrão da Morte, que posteriormente se estendeu por praticamente todo o país. Conforme Hélio Bicudo: “Com o início de suas atividades, marginalizados apareciam seviciados e mortos nas “quebradas” da periferia da cidade, trazendo sobre o corpo cartazes com a “assinatura” do grupo: uma caveira com dois fêmures cruzados.” (1994, p. 32) Estas práticas foram constatadas durante o longo período de ditadura militar, mas não se encerraram com o processo de redemocratização, elas permanecem numa “espécie de “simbiose” entre as atividades das polícias Cíveis e Militares. O Esquadrão da Morte foi uma iniciativa da Polícia Civil. Porém, a Polícia Militar assimilou essa experiência com incrível desenvoltura” (BICUDO, 1994, p.33) A certeza de que em caso de denúncia, o julgamento de crimes policiais seriam entregues a Justiça Militar, e que dentro da instituição militar há um grande corporativismo, serviu e serve de “estímulo a impunidade”.

Aqui é preciso abrir um parêntese para analisar a atuação do Batalhão de Operações

Policiais Especiais (BOPE), uma polícia de elite no Rio de Janeiro, que recentemente compôs o enredo do filme *Tropa de Elite*. Criada em Janeiro de 1978, recebeu a nomenclatura atual em 1991. Segundo Luiz Eduardo Soares, que escreveu o livro *Elite da Tropa*: “O BOPE não foi preparado para enfrentar os desafios da segurança pública. Foi concebido e adestrado para ser máquina de guerra. Não foi treinado para lidar com cidadãos e controlar infratores, mas para invadir territórios inimigos” (2006, p. 8). Neste momento uma pergunta tem que ser feita. Por que a sociedade civil e a organização política do Estado brasileiro querem uma polícia preparada para “matar”, ao invés de uma polícia treinada para lidar com cidadãos?

A resposta para esta pergunta exige uma reflexão que vai muito além da compreensão da atuação da polícia em nossa sociedade. Para encontrarmos uma resposta teremos que estudar a própria constituição sócio-cultural de nossa sociedade, não porque a violência é um problema que ronda as classes baixas, mas ao contrário, porque na formação hierárquica de nossa sociedade estão presentes práticas autoritárias e de violência, desta forma, o próprio Estado encarregou-se de institucionalizar a violência, tornando-a legal através da atuação da polícia, que é aparelhada para reprimir qualquer tipo de insurreição contra a “ordem” e a propriedade privada, em detrimento da vida.

O medo da violência entre as classes média e alta é gestado principalmente pela mídia, que leva estes segmentos sociais a assumirem discursos e posicionamentos estremados, como a defesa de assassinatos de crianças de ruas, de militantes políticos, manifestantes, de moradores de favelas, de presidiários e etc., em defesa da “segurança pública”. Mas segurança de quem? Dos setores que detêm bens e têm poder de consumo? Somente estas pessoas têm direito a Segurança Pública? Infelizmente parece que sim. Se analisarmos o discurso na seqüência esta afirmação ficará mais evidente:

[...] Não é fácil ingressar no BOPE. Isso eu posso garantir. Não é para qualquer um. Temos um puta orgulho do uniforme preto e do nosso símbolo: a faca cravada na caveira. Os marginais tremem diante de nós. Não vou iludir você: com os marginais, não tem apelação. **À noite, por exemplo, não fazemos prisioneiros. Nas incursões noturnas, se toparmos com vagabundo, ele vai pra vala.** Sei que essa política não foi correta. Agora não tem mais jeito. A gente mata ou morre. Antes da implantação dessa política, há muitos anos, o marginal se rendia, quando se via inferiorizado. A ordem de atirar para matar, não admitindo rendição de bandido, acabou provocando um efeito paradoxal: aumentou a resistência deles e a violência contra a polícia. Claro, o sujeito sabe que não adianta se render, então luta até a morte. Pelo menos adia a morte e leva alguém junto. (SOARES, 2006, p. 26)

Este texto retirado do livro *Elite da Tropa*, que é uma “ficção”, mas foi escrito por ex-integrantes do BOPE, e pretende ser coerente com a realidade. Este discurso de que estamos em guerra e numa guerra tudo se justifica, passou a ser constantemente difundido, tanto com o livro,

quanto com o filme *Tropa de Elite*. Como citado anteriormente, podem-se encontrar na internet, depois da divulgação do filme, muitos textos manifestando a idéia de que a polícia tem mais é que entrar na favela e matar mesmo, e mais ainda, constrói-se a imagem dos integrantes do BOPE e dos grupos de extermínio como sendo “heróis da Nação”.

Estudando a polícia brasileira percebemos que ela foi criada para reprimir a sociedade e proteger a propriedade privada e o Estado dos “inimigos internos”, o que é um paradoxo, pois na década de 1990, uma parcela da sociedade passou a reivindicar uma polícia preparada para lidar com cidadãos, e respeitar os direitos destes. No entanto, o discurso crescente do medo, uma construção principalmente da mídia, gera mais tensão social e desvia o foco de análise do problema real, que são: as reproduções de práticas autoritárias e violentas, a banalização da violência erroneamente associada à contradição social, e a intolerância social.

A cultura do autoritarismo prevalece manifestada na violência contra a mulher, contra as crianças, na repressão aos movimentos sociais, na defesa de propostas como a redução da maior idade penal, nos crimes de colarinho branco, na corrupção policial. Crimes que raramente são investigados e punidos adequadamente. Mesmo assim, temos que ouvir absurdos, como a proposta feita pelo Deputado Estadual do Paraná, Antonio Anibelli, que na tribuna da Assembléia Legislativa afirmou ser preciso voltar o **Esquadrão da morte no Brasil**, e **defendeu a pena de morte**. Como se fosse necessário Esquadrão da Morte institucionalizado no Paraná, pois, como destacou o governador Roberto Requião, em discurso para a TV Educativa do Paraná, a polícia do Paraná mata mais do que “bandidos”:

O governador Roberto Requião (PMDB) reconheceu nesta terça-feira que a criminalidade e a violência da polícia aumentaram no estado e pediu mais rigor da Secretaria da Segurança Pública (Sesp-PR) nas investigações. "Estamos num crescimento de casos de violência da polícia em relação aos anos anteriores enorme. A criminalidade cresceu também, mas **a violência da polícia é insuportável no Paraná**" (GAZETA DO POVO ONLINE)

A citação acima nos trás a dura realidade da atuação de uma parcela significativa da polícia paranaense. Não é possível calar diante desta barbárie. O governador avançou admitindo que há violência, mas é preciso agir no sentido de por fim a estas práticas sanguinárias dentro das corporações policiais, pois elas são responsáveis pela discriminação social e o aumento da violência, como escreveu Hélio Bicudo:

[...] a precária organização policial-judiciária, que propicia a prática da brutalidade oficial, também responde, em parcela apreciável, pela escalada da violência. A partir dessa situação, as classes populares mais bem conscientizadas vêm verificando a existência de uma discriminação na ação da Polícia e da Justiça, sujeitando-as a um modelo econômico-social determinante de Privilégios de uma minoria, às custas do sofrimento de muitos. E, nessa linha de raciocínio, podemos

encarar como “linchamento” – que corresponde às tortura e morte – as execuções extralegais efetuadas pelo aparelho policial estatal” (1994, p. 31)

Basta de um Estado repressor! É preciso que a sociedade se posicione contrária à violência legal do Estado, responsável por grande parte do número de torturas e mortes no Brasil.

Repressão Policial aos Movimentos Sociais no Brasil

Sandra Popiolek e Carlos Mauricio Trindade

Este texto tem como objetivo analisar a atuação dos órgãos responsáveis pela repressão do Estado aos movimentos sociais, que de certa forma, são contestadores da “ordem” instaurada. No Brasil, existem diversas organizações de movimentos sociais que reivindicam seus direitos, como por exemplo, o cumprimento dos direitos trabalhistas, demarcação dos territórios indígenas, reforma agrária, moradia, respeito à equidade entre as minorias étnicas e a sociedade brasileira. Pode-se citar entre estes: o Movimento Negro, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), e organizações das nações indígenas, que buscam pressionar o Estado no cumprimento de suas leis e da constituição e no respeito aos Direitos Humanos, inclusive ampliando a própria noção de legislação ao apontar para a necessidade de amparo aos direitos coletivos.

Abordaremos na seqüência três situações em que os movimentos sociais ao se organizarem reivindicando solução para os problemas do grupo, foram confrontados pela polícia “o aparelho repressor do Estado a serviço da manutenção da ordem burguesa”. A primeira análise lança-se sobre o Massacre de Eldorado dos Carajás, em que integrantes do MST foram duramente reprimidos e muitos assassinados durante a intervenção da Polícia Militar.

O Estado faz uso da força para repressão aos Movimentos Sociais utilizando órgãos federais e estaduais, como a Polícia Militar, a Polícia Civil, Polícia Federal e em casos mais extremos de repressão, o Exército. Em 1996, um grupo do MST no sul do Pará, na cidade de Eldorado dos Carajás, obstruiu a rodovia PA-150 em protesto pela demora da desapropriação da fazenda Macaxeira (latifúndio), no qual encontravam-se 1500 militantes do MST. A Polícia Militar do Estado do Pará tinha ordens de desobstruir a rodovia e atacou os manifestantes com gás lacrimogêneo, os manifestantes revidaram com paus e pedras. Dezenove pessoas morreram na hora, outras duas morreram anos depois, vítimas das seqüelas, e outras sessenta e sete ficaram feridas. Pelo menos 10 sem-terras foram executados. Desta forma, foi reprimida a manifestação. **Há indícios que os fazendeiros tenham pagado propina para a Polícia para desocupar a área.** Nenhum fazendeiro foi indiciado, todos os policiais saíram imunes e o comandante da operação ficou preso 30 dias em sua residência. **O governo FHC após o “incidente” enviou tropas do Exército para “conter” os sem-terra.**

A repressão ao Movimento dos Moradores de Rua também merece atenção. O site www.midiaindependente.org trouxe uma matéria sobre o descaso da Prefeitura de São Paulo com os moradores de rua. O Movimento Nacional da População de Rua organiza todos os anos o Natal

Solidário, em São Paulo e em dois anos seguidos várias pessoas foram agredidas e algemadas pela Guarda Civil Metropolitana (GCM) sem motivos ou justificativa para tal ação. Isto evidencia o descaso da prefeitura com a população de rua. Os moradores se organizaram no dia 25 de janeiro (aniversário de São Paulo) para exigir seus direitos mínimos de sobrevivência. O morador mais conhecido da região saiu gritando pelas ruas com uma faca “Mata eu São Paulo, porque não quero morrer de fome”. Não era sua intenção machucar ninguém, apenas uma forma de manifestação, entretanto, na tentativa de barrar sua manifestação três pessoas foram feridas, e o morador de rua foi preso. Após este acontecimento, pessoas que compõe a elite paulistana declararam que “é necessário colocar mais polícia nas ruas”.

Outro caso que é ligado ao cotidiano universitário é a repressão contra os movimentos estudantis. Um dos casos mais recentes é da repressão contra a ocupação da reitoria na USP em 2007, onde houve perseguição política e repressão policial á vários militantes, que lutavam contra um decreto do Governo Serra que restringia a autonomia da Universidade. Entretanto não é apenas no Estado de São Paulo que os estudantes vêm sofrendo com repressões. Atualmente no Paraná, UEM, UEL e UFPR, estão ocorrendo perseguições políticas dentro das respectivas universidades. Na última reunião da CONLUTE que aconteceu em Maringá, mês passado, com vários estudantes do movimento estudantil, explicitaram as repressões ocorridas por parte dos órgãos estatais dentro e fora das respectivas Universidades. Na UFPR, estudantes estão sendo processados por protestaram contra o REUNI, em Londrina, os estudantes militantes estão sendo reprimidos dentro da Universidade, e em Maringá, estudantes são reprimidos por estarem dentro de uma área residencial. Estudantes estão sendo reprimidos dentro dos estabelecimentos em que estudam e que militam, por setores da universidade, ou seja, estão lutando por uma universidade melhor e estão sendo reprimidos por ela própria.

Importante lembrar que alguns desses movimentos contrariam a base do capitalismo, a propriedade privada, ou seja, os movimentos sociais que, em sua maioria, se posicionam contra a idéia de propriedade privada do Estado, por isso lutam pelos seus direitos e são oprimidos pelos órgãos repressivos: Forças Armadas e Forças Auxiliares. A ideologia burguesa é difundida nas massas no discurso de que precisamos mais segurança e policiamento, entretanto a Polícia, sendo um braço do Estado, serve a burguesia reprimindo sempre mais a classe trabalhadora. Mendigos são assassinados a pauladas nas ruas de São Paulo... nenhum suspeito é preso. O jornalista Global é assassinado por traficantes e a Polícia é mobilizada e realiza buscas intensivas na favela, prendendo vários suspeitos.

Tropa de Elite...Será?

Alexandre R. Valcarenghi, Mauro Camargo Jr

O filme brasileiro *Tropa de Elite* (2007), um grande sucesso mesmo antes de chegar aos cinemas, vítima e beneficiado da pirataria, três meses antes de ser lançado oficialmente foi visto por cerca de cinco milhões de pessoas e comentado na mídia, no meio acadêmico e pela população. Sucesso de público e crítica, ganhador do Urso de Ouro no Festival de Cinema de Berlim, destacou personagens como Capitão Nascimento e seu bordão “**Pede pra sair**”, além dos policiais Neto e Matias que caíram nas graças da população brasileira.

O filme, mostra na visão do cineasta José Padilha a situação do policiamento carioca e brasileiro, Padilha que em 2002, dirigiu o documentário **Ônibus 174**, que mostrava a ineficiência e despreparo da força policial do país.

No caso do seqüestro do ônibus 174, no Bairro do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, feito por um só homem, cercado por inúmeros policiais que não tiveram a competência de controlar a situação, acabando tragicamente quando Sandro (que manteve durante algumas horas reféns dentro do ônibus) resolveu se entregar aos policias, levando consigo uma das reféns para sua proteção. No momento decisivo, em que tudo se encaminhava para o desfecho da operação, sem nenhuma morte, um policial do BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais) atirou e matou a refém, professora Geísa Firmo Gonçalves. Sandro que foi levemente ferido ao se entregar foi assassinado pelos policiais dentro da viatura da polícia.

O filme *Tropa de Elite* apresenta vários elementos para que pensemos o papel e a situação da polícia na sociedade brasileira, levantando alguns elementos como: incompetência, despreparo policial, corrupção, violência policial, falta de material para o trabalho e baixos salários.

O primeiro ponto talvez seja a questão do péssimo treinamento físico e psicológico, da polícia militar convencional quando no começo do filme o narrador capitão Nascimento faz as comparações entre as práticas do treinamento desta com a do BOPE, mostrando a falta de perícia e estratégia que a polícia têm, que também se evidencia no documentário *Ônibus 174*, onde mostra inúmeros policiais, mal posicionados, sem estratégia para o isolamento do local deixando a mídia e população se aproximar do ônibus pondo em risco a operação e a vida destas.

O despreparo da força policial também se evidencia na questão material, carros e motos não funcionam, PMs sobem o morro mal equipados e preparados combatendo AR-15 e granadas com coletes e pistolas, o treinamento e a estratégia praticamente não existem, e acabam tendo que se render a situação e chamam o “poderoso BOPE”.

O Batalhão de Operações Policiais Especiais, romantizado comandados pelo Capitão Nascimento sobe o morro com suas ótimas armas e sua impecável estratégia, atirando e acabando com os bandidos, agindo com muita violência, sendo temida e respeitada por isso. Mas este foi um

dos pontos mais comentados de Tropa de Elite, onde gerou debates fervorosos e os seguintes questionamentos na sociedade “será que o aumento da violência é a solução dos problemas de criminalidade no Brasil?” e “favela é sinônimo de violência?”.

Na opinião de muita gente da nossa sociedade burguesa, o aumento da repressão é sim a maneira correta de acabar com a violência e favela não é nada mais que um aglomerado de bandidos, como podemos perceber na fala que retiramos do blog diário de um Policial Militar, na postagem de um suposto “João”:

Acho q o BOPE é a pena de morte no rio de janeiro .
Já q n pode colocar pena de morte na lei essa eh forma de se contornar esse problema, n sei se eh certo mas só sei q ta ficando cada vez mais foda viver no Brasil.pobre se reproduz igual coelho (...) axo q o pensamento deles eh q quanto mais filhos eles colocarem no mundo mais dinheiro vai render colocando as crianças pra trabalhar no sinal , o problema eh quando cresce... aquele filme mostra uma realidade q n existe mais , agora esta muito pior, aquele filme conta a historia do BOPE antes da virada do seculo e ja estamos em 2008, também n concordo com esses discursos sociológicos pois não sao eles q sobem as favelas, na favela é alei da selva q reina é matar ou morrer n existe meio termo até pq se o BOPE ou uma parte da PM que ainda cumpre com o dever prender todos n haverá espaço nas cadeias ,também não sei pq esse sociólogos não aparecem pra defender um vagabundo quando eles matam pessoas trabalhadoras sem motivos [...]

Em contrapartida vamos dar nossa opinião: repressão gera mais violência, e temos que tratar a violência como um problema social, começando pela educação que esta em frangalhos, e favela é um lugar na sua maioria de pessoas trabalhadoras e honestas que vivem num local negligenciado pelo estado onde não tem acesso muitas vezes a água, luz e saneamento básico e condições mínimas de vida como saúde, educação e também segurança, pois será que existe policiamento constante nas favelas para proteção (não repressão) dos moradores?

Pelo que é mostrado no filme quem é mais culpado pela violência, os traficantes do morro que vendem as drogas, ou os playboyzinhos filhinhos de papai que moram nos bairros nobres cariocas que comprem as drogas e com isso financiam o trafego?

Sobre esse debate também é interessante pensar o papel da polícia pois como é problematizado pelo documentário “*Noticias de uma guerra particular*” de Kátia Lund e João Moreira Salles pelo delegado de polícia: Helio Luz que questiona até aonde as pessoas tem realmente interesse que a polícia seja correta.

Pois se isso acontecer às apreensões vão ser muito mais severas e os pequenos delitos vão ser punidos corretamente sem a possibilidade de vista grossa,ou a famosa molhada de mão no trânsito, assim como as intensificações do trabalho policial na investigação nos casos de corrupção, lavagem de dinheiro, sonegação de impostos, crimes praticados por grande parte da elite.

Esta é nossa opinião informe-se, reflita e de a sua...

Cárcere brasileiro e a violência contra as mulheres

Martha Piloto e Suzane Tostes

A cada 15 segundos, uma mulher é espancada. A cada nove segundos, uma mulher é ofendida na conduta sexual e é desmoralizada no trabalho doméstico ou remunerado. Mulheres negras, entre 16 e 24 anos, têm três vezes mais chances de serem estupradas que as mulheres brancas.

Dados como estes nos assustam, no entanto, grande parte da sociedade brasileira faz de conta que não conhece estes dados, se têm a imagem da violência contra a mulher como algo negativo, e inaceitável, porém muito presente na realidade de muitas famílias. Essa prática da violência à mulher, na maioria das vezes, se dá nos interiores das casas, longe dos olhos dos vizinhos, e quando essa violência é explícita, freqüentemente não intervêm, pois muitos, e estes, na maioria das vezes pensam, a partir de referências culturais de machistas, que: “*em briga de marido e mulher, não se mete a colher*”, ou então “*que é só mais uma briguinta de casal*”. Também podemos citar os muitos casos de quando essa violência se dá no trabalho, onde colegas de trabalho se calam pelo medo de algum tipo de repressão ou perda do emprego.

Dentro do sistema judiciário e carcerário a agressão à mulher se reproduz. O quadro que se tem é de uma polícia e um judiciário despreparados, que não vêem a agressão ao corpo da mulher como algo preocupante, tratando a violência contra a mulher como algo menor e como prioridade casos como, por exemplo: roubos, furtos, acidentes, ocupações, desapropriações onde está em risco a propriedade privada, ou a segurança das classes médias e altas.

Mas o que aconteceria se uma mulher que é agredida sistematicamente pelo seu marido o denuncia-se e resolvesse sair de casa? Não mudaria muita coisa! Não são todas as mulheres (na verdade essa parcela é a minoria!) que tem condições de sair de casa e ir para um hotel ou alugar uma casa. A maioria das mulheres não fazem as denúncias pois não vêem esse quadro mudar. O estado não oferece nenhum tipo de assistência para as mulheres agredidas, como um local para essas mulheres poderem ficar até conseguirem se estruturarem e o mais importante, amparo psicológico. Mesmo com a lei Maria da Penha, que prevê que a mulher agredida possa continuar em sua casa e onde o agressor é preso, não se tem ainda uma eficácia efetiva da lei.

A lei Maria da Penha foi uma medida mais propagandista, já que foi implementada um mês antes das eleições do que uma lei combativa contra as agressões domésticas. Uma das contribuições da Lei Maria da Penha foi a de proibir a lei nº 9.099/99, onde era possível pagar com “cestas básicas” a pena por agressão. Efetivamente o agressor ainda pode pedir a suspensão condicional do processo até se investigar melhor o caso.

A agressão contra a mulher é constante, e os sistemas judiciário, policial e carcerário não estão preparados para combater a esta violência. Exemplo disto ocorreu em novembro de 2007, em

uma prisão no Pará. Uma menina de 15 anos foi mantida na mesma cela que outros 34 homens, onde foi agredida, queimada e abusada sexualmente, tendo que trocar sexo por comida. Em depoimento esta relatou que seu dia predileto era a quinta-feira, porque era o dia de visita das esposas dos presidiários. Após denúncia, mais quatro casos foram descobertos no Pará.

Temos que questionar o governo, que cortou 42% dos investimentos destinados ao combate contra a agressão para pagar a dívida interna. Não podemos aceitar que essas violações continuem acontecendo. Temos que debater e combater a opressão e violência à mulher. E o mais importante, não podemos esquecer que para o sistema capitalista é vantajoso e lucrativo o machismo e a opressão da mulher, pois é dessa diferença de sexo que o capital consegue tirar um lucro ainda maior sobre a exploração da mulher, seu corpo e mão de obra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TROPA DE ELITE. Direção: José Padilha. Produção: José Padilha e Marcos Prado Roteiro: Braúlio Mantovani, José Padilha e Rodrigo Pimentel. Rio de Janeiro: Universal Pictures do Brasil, 2006. DVD, 118 min.

BICUDO, Hélio. *Violência: O Brasil cruel e sem maquiagem*. São Paulo: Moderna, 1994.

SOARES, Luiz Eduardo [et. al]. *Elite da Tropa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.

Jornal Opinião Socialista nº 323 – 28 de novembro de 2007.

<<http://www.ibraol.com.br/retranca/brasil.php?mostrar=noticiacompleta&id=faf7869584>> Acesso 30/03/2008, às 19:20 horas.

<<http://blogs.odiarionaringa.com.br/edsonlima/2007/09/07/deputado-quer-o-esquadrao-da-morte/>> Acesso 31/03/2008, às 20:01 horas.

<<http://www.oobservador.com/new/ler.asp?id=13421>> Acesso 30/03/2008, às 20:10.

<<http://www.milenio.com.br/milenio/noticias/ntc.asp?cod=1735>> Acesso 30/03/2008, às 20:50 horas.

<www.diariodeumpm.net/2006/10/27/documentario-wardogs-bope/3> Acesso 13/03/08, às 12:19.

http://www.sr-cio.org/texto/mulheres/maria_da_penha_sr41.html

<http://www.mulheresdeolho.org.br/?p=133>

<http://www.midiaindependente.org>